

Quilombos e Direito Agrário

Edir Pina de Barros

2007

Carlos Marés & Théo Marés¹, em um estudo intitulado *Direito Agrário e Igualdade Étnico-Racial*, publicado neste ano, analisam a ordem jurídica brasileira, que inclui a legislação sobre terras, posse, propriedade, regime de uso, costumes e tradição jurisprudencial, acrescido pelos novos direitos coletivos surgidos a partir do século XX. Segundo eles “*dois institutos se sucedem na história da ocupação territorial brasileira e na passagem da terra à qualidade de bem jurídico individualizado e patrimonializado: as sesmarias e as terras devolutas*” [...] *Esses dois institutos jurídicos, aplicados em seqüência, por quatrocentos anos formaram uma ideologia da propriedade da terra excludente e absoluta*”².

Destas ater-se-á ao instituto da sesmaria – terras “desocupadas” concedidas pelo Rei por meio de funcionário chamado sesmeiro que, no Brasil, sempre foi a principal autoridade geral ou local.

O sistema das sesmarias foi o regime de que se valeu o colonizador português para consolidar-se nas terras conquistadas aos indígenas. A carta de sesmaria que serviu ao minifúndio português, com o fim específico de produzir mantimentos, haveria de prosperar servindo ao latifúndio colonial para a produção de bens de exportação. À propriedade da terra somava-se a propriedade sobre o escravo, que não entrava no processo de trabalho como força de trabalho e sim diretamente como mercadoria. . Consolidava-se o escravismo como força de trabalho que se transfigurava em renda capitalizada.

Segundo esses autores tem-se que:

“... as concessões de sesmarias no Brasil tiveram endereço certo: o cumprimento da política da Metrópole, isto é, a abundância de terra não estaria disponível a quem precisasse plantar e colher seu alimento e de sua família, mas somente a quem, obediente à política real,

¹ Carlos Frederico Marés de Souza Filho é Doutor em Direito Público, Professor Titular da PUC/PR; foi Procurador Geral do Estado do Paraná, Presidente da Fundação Nacional do Índio e Procurador Geral do INCRA. Theo Botelho Marés de Souza é especialista em Direito Socioambiental pela PUC/PR, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB-PR, Assessor Jurídico da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná.

² Marés, Carlos & Marés, Theo– 2006 – *Direito Agrário e Igualdade Étnico-Racial*. In Piovesan, Flávia & Martins de Souza, Douglas (Coords.), *Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-racial*. Brasília, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Páginas 156 e 159, respectivamente.

desejassem obter colheitas de exportação. Nesse marco, a concessão de terra, por meio de sesmarias, era uma forma de excluir trabalhadores e inviabilizar qualquer opção de vida que não o trabalho nas plantações para exportação. Essa política violava a igualdade em pelo menos dois aspectos: por um lado não levava em conta a ocupação indígena, qualquer que fosse, ao considerar todas as terras desocupadas, e por outro lado, como concentrava poder nas mãos das elites ligadas ao Rei, obrigava a todos os trabalhadores, livres ou escravos, a se sujeitarem ao patrão e para ele pagar pelo uso da terra necessária à sua sobrevivência. A aplicação do sistema sesmarial teve como consequência direta a formação de latifúndios, etnocídio dos índios próximos e a formação de sociedades clandestinas que ficaram invisíveis aos olhos do poder constituído, como os quilombos e os territórios indígenas.

As sesmarias eram incompatíveis com a propriedade privada, porque consistiam em destinação de terras não ocupadas a quem pudesse fazer produzir”³

O Instituto das sesmarias vigorou até 1822, deixando uma lacuna até 1850, quando as formulações excludentes e conservadoras foram aprovadas através da Lei 601 - Lei Imperial de Terras. Embora reconhecesse a sesmaria como fonte originária de propriedade privada de terras, criava o instituto da propriedade privada de terras, “*uma espécie de filosofia sesmarial aplicada aos tempos de propriedade privada absoluta e de liberalismo econômico. Manteve a dupla exclusão, não reconheceu a ocupação indígena nem permitiu que os camponeses adquirissem terras necessárias para sua sobrevivência*”⁴.

Até 1850 a ocupação ou posse, mais do que uma prática, era um modo de adquirir a propriedade só acessível às classes dominantes. Foi a época da consagração da grilagem. A terra pertencia a quem ocupasse, sem maiores riscos para o sistema porque, sendo escravista o regime de trabalho, a ocupação jamais poderia ser feita pelo próprio trabalhador.

“Já a primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa outra categoria separada, denominada “libertos”. Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência que a cor da pele anuncia – e denuncia –, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado

³ Idem, ibidem: 157

⁴ Idem, ibidem: 159

em cartório. Decorre daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra”⁵.

Deve-se ressaltar que com o surgimento da Constituição Republicana e federalista de 1891, as terras devolutas passaram para o domínio dos Estados, dentro dos seus respectivos limites. É o que determina o artigo 64 daquela Carta Magna.

Segundo Carlos Marés & Théo Marés essa Constituição “*fez apenas piorar a situação tornando as terras devolutas domínio de estados federados, entregando-as às elites locais. Se a omissão do Governo Imperial não era boa para as massas camponesas, as terras transferidas para as elites locais teve efeito devastador. Não é por acaso que nos trinta anos que se seguiram à instalação do federalismo estouraram várias guerras camponesas, entre elas Canudos e Contestado, marcos na longa e persistente violência da ocupação das fronteiras agrícolas brasileiras. Nunca se reconheceu qualquer ocupação para além das fronteiras agrícolas e lá estavam índios, camponeses, quilombolas.*

Esses dois institutos jurídicos, aplicados em seqüência, por mais de quatrocentos anos formaram uma ideologia da propriedade da terra tão excludente e tão absoluta que o Código Civil de 1916 não teve necessidade sequer de conceituar o instituo, enumerando somente os direitos e as faculdades do proprietário. O poder judiciário, formado também nessa ideologia, viria também a, invariavelmente, julgar a propriedade da terra em seu caráter absoluto, contrapondo-o a qualquer outro direito, legislado ou não, como o dos índios, camponeses, quilombolas, caboclos, posseiros, pescadores e de todas as populações que eram descobertas em seus rincões afastados e escondidos, impedidos de adquirir a terra da qual tiravam o sustento. A simples apresentação de um título de domínio, assinado e outorgado por uma autoridade do Estado e outorgado a favor de um membro da elite era motivo suficiente, e ainda o é, para o uso da força pública ou privada para desalojar homens e mulheres que viviam da faina camponesa diária”⁶.

Após o golpe, os militares promovem a Emenda n.º 10, à Constituição de 1946 e, em seguida, o Estatuto da Terra, Lei n.º 4504, de 30.11.1964. Até aquele momento, as relações de posse e propriedade rurais e contratos agrários eram regulados pelo Código Civil, que entrou em vigor em 1917.

⁵ Leite, Ilka Boaventura – 2000 – Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*. Vol. IV (2): 335.

⁶ Marés, Carlos & Marés, Theo– 2006 – Direito Agrário e Igualdade Étnico-Racial. In Piovesan, Flávia & Martins de Souza, Douglas (Coords.), *Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-racial*. Brasília, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Pág. 158.

Na segunda metade do século XX as terras brasileiras tinham a seguinte configuração: terras públicas, terras privadas e terras devolutas. Nas primeiras estão incluídas as terras indígenas. Todas as outras, incluídas pelo sociólogo doutor José de Souza Martins na categoria “terra de trabalho” – onde se incluem as indígenas – *“terras de posseiros, de quilombos, pescadores, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, etc., eram consideradas devolutas e, portanto, o poder público as concediam a quem melhor lhe aprouvesse, ainda que gerando graves conflitos agrários e flagrantes injustiças”*⁷

No âmbito federal, a Constituição de 1988, pouco ou quase nada avançou em relações à questão agrária, salvo os conceitos emitidos sobre função social da propriedade e a constitucionalização da usucapião pró-labore. Ela também encerra uma discussão antiga sobre usucapião de terras públicas, proibindo tal forma de aquisição.

Mas ao longo desses quinhentos anos, houve em todos os momentos da história brasileira resistência por parte de índios, negros e trabalhadores em geral, na luta por justiça e igualdade verdadeiras, como se verifica na leitura sobre os Movimentos Sociais no Campo.

*“O usufruto, a posse e a propriedade dos recursos naturais tornaram-se, ao longo do processo de formação social brasileira, cada vez mais, moeda de troca, configurando um sistema disfarçadamente hierarquizado pela cor da pele e onde a cor passou a instruir níveis de acesso (principalmente à escola e à compreensão do valor da terra), passou mesmo a ser valor “embutido” no “negócio”. Processos de expropriação reforçaram a desigualdade destes “negócios”, de modo a ser possível hoje identificar nitidamente quem foram os ganhadores e perdedores e quem, ao longo deste processo, exerceu e controlou as regras que definem quem tem o direito de se apropriar (Lovell 1991: 241-362)”*⁸.

A história do Brasil pode ser contada através da luta pelo direito de trabalhar a terra.

*Como disse alhures Marco Antônio Cardoso, em sua dissertação de mestrado em História – O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998, a “violência da escravidão no Brasil e a lentidão das leis emancipacionistas estruturaram a institucionalização de um processo de genocídio que se prolonga até os dias de hoje, forjada a partir da supressão dos mais vitais valores culturais e na eliminação física do negro”*⁹.

⁷ Idem, p. 160

⁸ Leite, Ilka Boaventura – 2000 – Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*. Vol. IV (2): 335

⁹ Cardoso, Marco Antônio – 2001- *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, p. 14.

Bibliografia

- Cardoso, Marco Antônio – 2001- *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.
- Leite, Ilka Boaventura – 2000 – Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*. Vol. IV (2): 333-354.
- Marés, Carlos & Marés, Theo – 2006 – Direito Agrário e Igualdade Étnico-Racial. In Piovesan, Flávia & Martins de Souza, Douglas (Coords.), *Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-racial*. Brasília, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Páginas 155-185.
- Piovesan, Flávia & Martins de Souza, Douglas (Coords.) – 2006 – *Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-racial*. Brasília, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.
- Rios, Aurélio Virgílio Veiga. – 2006 – Quilombos e Igualdade Étnico-Racial. In Piovesan, Flávia & Martins de Souza, Douglas (Coords.), *Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-racial*. Brasília, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Páginas 187-206.
- Santos, Boaventura de S – 2.000 a - *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Sousa – 2.000 - Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). *Identidades: estudos de cultura e poder*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- Santos, Boaventura de Souza – 2003 – Introdução: Para Ampliar o Cânone do Reconhecimento da Diferença e da Igualdade. *Reconhecer para Libertar: Os Caminhos do Cosmopolitanismo Multicultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Santos, Boaventura de Souza – 2003a – Por uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos. *Reconhecer para Libertar: Os Caminhos do Cosmopolitanismo Multicultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 429-461